



Revista Brasileira de Direito Público - RBDP

Belo Horizonte, ano 14, n. 54, jul./set. 2016

Doutrina

Artigos

- ◆ Regime jurídico do convênio de delegação da infraestrutura portuária: monopólio natural e compartilhamento de infraestrutura
Rafael Vêras de Freitas, Leonardo Coelho Ribeiro
- ◆ Desvio de poder no provimento discricionário de cargos públicos
Paulo Modesto
- ◆ Contribuições para o novo marco regulatório dos drones – Entre nobres objetivos e inadequados procedimentos
Rafael Carvalho Rezende Oliveira, Caio Cesar Figueiroa
- ◆ Os atos concessivos de aposentadoria, reforma e pensão, o princípio constitucional da segurança jurídica e a decadência administrativa
André Gonzalez Cruz
- ◆ Procedimento, processo, processo administrativo e sua conexão com a participação administrativa
Fabio Gomes dos Santos
- ◆ O regime jurídico da omissão inconstitucional nas Constituições Estaduais e o controle administrativo da omissão
André Luiz Maluf
- ◆ Análise histórico-evolutiva do instituto da estabilidade e seus efeitos práticos na Administração Pública brasileira
Marcos José Nogueira de Souza Filho
- ◆ O princípio da publicidade e os acordos de compensação (offset) no setor de defesa: sentido e alcance da transparência administrativa
André Luís Vieira, Filipe Ramos Uaquim
- ◆ Os contornos objetivos da proibição de contratar com o poder público por improbidade administrativa
João Pedro Accioly Teixeira

Jurisprudência Seleccionada

Acórdão na Íntegra

◆ Supremo Tribunal Federal

Recurso Extraordinário – Direito Administrativo e Constitucional – Servidor público – Remuneração – Incidência do teto de retribuição – Vantagens pessoais – Valores percebidos antes do advento da Emenda Constitucional nº 41/2003 – Inclusão – Artigo 37, incisos XI e XV da Constituição Federal de 1988

◆ Supremo Tribunal Federal

Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade – Previdenciário – Emenda Constitucional nº 88/2015 – Aposentadoria compulsória aos 75 anos de idade de membros dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União – Necessidade de nova sabatina perante o Senado Federal (CRFB, art. 52) – Violação à separação dos Poderes (CRFB, art. 60, §4º, III) – Inconstitucionalidade da expressão “nas condições do art. 52 da Constituição Federal” do artigo 100 do ADCT – Sentido da expressão “lei complementar” na nova redação do art. 40, §1º, II, CRFB – Discussão restrita aos membros do Poder Judiciário – Art. 93, VI, da CRFB – Necessidade de lei complementar nacional de iniciativa do STF – Invalidade de leis estaduais

◆ Supremo Tribunal Federal

Agravo Regimental na Suspensão de Liminar – Concurso público – Nomeação de candidatos aprovados – Declaração de inconstitucionalidade de lei – Desnecessidade superveniente da contratação – Situação excepcional – Preponderância do interesse público – Decisão agrava que deferiu a contra cautela – Grave lesão à ordem e à economia pública

◆ Supremo Tribunal Federal

Constitucional – Serventia extrajudicial – Provimento mediante permuta, sem concurso público – Ilegitimidade – Artigo 236 e parágrafos, da Constituição Federal – Normas autoaplicáveis, com efeitos imediatos, mesmo antes da Lei 9.835/1994 – Inaplicabilidade do prazo decadencial do artigo 54 da Lei 9.784/1999